

**A. I. Nº** - 298576.0018/10-0  
**AUTUADO** - FRUTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRUTAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO  
**AUTUANTE** - LUIS CARLOS MOURA MATOS  
**ORIGEM** - INFAZ BRUMADO  
**INTERNET** - 08/06/2011

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0104-03/11**

**EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. a) MERCADORIAS SUJEITAS A TRIBUTAÇÃO. b) MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS.** Descumprimento de obrigação acessória. Retificada a multa de 10% para 1% do valor comercial das mercadorias tributáveis, tendo em vista que restou comprovado que se trata de bens de consumo, que não se destinam à comercialização ou industrialização. **2. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO.** Infração não impugnada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 15/12/2010, refere-se à exigência de R\$907,75 de ICMS, acrescido da multa de 50%, além de multa por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de R\$50.376,27, em decorrência das seguintes infrações:

Infração 01: Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, sendo exigida multa de 10% do valor das mercadorias, totalizando R\$47.556,89.

Infração 02: Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, sendo exigida multa de 1% do valor das mercadorias, totalizando R\$2.819,38.

Infração 03: Deixou de recolher no prazo regulamentar, ICMS referente a prestação de serviço de transporte devidamente escriturada, nos meses de novembro e dezembro de 2006. Valor do débito: R\$907,75. Multa de 50%.

O autuado apresentou impugnação às fls. 119 a 121, informando que contesta parte do débito apurado na primeira infração. Diz que o autuante aplicou a penalidade de 10% do valor das mercadorias, e que o fisco utiliza uma série de mecanismos para assegurar a arrecadação e possibilitar a fiscalização dos tributos. Comenta que a multa surge do descumprimento de obrigação principal (pagar o tributo), representando sanção pelo cometimento de ilícito tributário. Apresenta o entendimento de que a carga tributária no Brasil é bastante elevada e que a obrigação principal consiste numa obrigação de pagar e a obrigação acessória consiste numa obrigação de fazer ou de não fazer para tornar viável a arrecadação da obrigação principal. O defendente informa que sua atividade é a comercialização de manga, que não sofre tributação do ICMS. Todas as aquisições referentes à primeira infração foram de embalagens e outros produtos de uso e consumo que compõem o preço do produto final a ser vendido, que é manga in natura, isenta de ICMS. Assegura que as mencionadas aquisições não se destinam à revenda ou comercialização dos produtos tributados. Por isso, entende que o autuante cometeu equívoco quanto à multa de 10%. Reafirma que todas as aquisições foram de bens para uso e consumo, e a autuação não ocorreu por falta de cumprimento de obrigação principal. Transcreve os incisos IX e XI do art. 42 da Lei 7.014/96 e o art. 158 do RPAF/BA e finaliza dizendo que o débito relativo à primeira infração deve ser alterado para R\$4.755,68, e o total do Auto de Infração para R\$8.482,81.

Entende que o autuante, ao prestar a informação fiscal, irá concordar com as alegações defensivas, reduzindo o percentual da multa para 1%. Pede a improcedência da infração contestada.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 124 dos autos. Alega que o defendente confundiu o instituto da isenção com mercadorias para uso e consumo e mercadorias tributadas. Diz que observou a legislação em vigor e separou as mercadorias tributadas das isentas e da substituição tributária. Por isso, foi elaborado um demonstrativo para as notas fiscais não escrituradas, passíveis de tributação, e outro demonstrativo para as notas fiscais não escrituradas, referentes a mercadorias da substituição tributária e isentas. Pede a procedência do presente Auto de Infração.

## VOTO

A primeira infração trata da entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, sendo exigida a multa de 10% sobre o valor das mercadorias, conforme demonstrativo à fl. 07 do PAF.

A legislação prevê a aplicação de multa, calculada sobre o valor comercial da mercadoria que tenha entrado no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal, sendo 10% para mercadorias sujeitas a tributação (art. 42, inciso IX, da Lei 7.014/96), e 1% para as mercadorias não tributáveis (art. 42, inciso XI, da Lei 7.014/96).

O autuado alegou que todas as aquisições referentes à primeira infração foram de embalagens e outros produtos de uso e consumo, que compõem o preço do produto final a ser vendido, que é manga *in natura*, mercadoria isenta de ICMS. Assegura que as mencionadas aquisições não se destinam à revenda ou comercialização, por isso, entende que o autuante cometeu equívoco quanto à multa de 10%.

Analizadas as notas fiscais objeto da autuação (fls. 10 a 55 do PAF), restou comprovado que se referem às aquisições de caixas de papelão, resíduos de papel jornal, conjunto para irrigação, resistência 240V., fita isolante, escada, balde, vassoura, relógio de parede, luva látex e outros, ficando caracterizado que se trata de aquisição de material de consumo, considerando a atividade do autuado, comércio de frutas.

Entendo que embora as operações relativas às aquisições das mercadorias em questão não tenham sido realizadas com isenção de ICMS, a penalidade de 10% deve ser aplicada quando o bem, mercadoria ou serviço for destinado à comercialização ou industrialização, o que não ficou comprovado no caso em exame. Portanto, assiste razão ao defendente quando alegou que as aquisições referentes à primeira infração foram de embalagens e outros produtos de uso e consumo que não se destinam à revenda ou comercialização, existindo equívoco do autuante ao exigir a multa de 10%.

Vale salientar que este Conselho vem decidindo que neste caso, a multa aplicável é a prevista no inciso XI do art. 42 da Lei 7.014/96, a exemplo da decisão proferida no Acórdão CJF 0170-12/08. Portanto, concluo pela procedência parcial desta infração, com alteração da multa exigida para 1% do valor comercial das mercadorias não registradas, conforme quadro abaixo, elaborado com base nos dados do levantamento fiscal.

| MÊS DE OCORRÊNCIA | DATA DE VENCIMENTO | BASE DE CÁLCULO | MULTA% | VALOR DO DÉBITO R\$ |
|-------------------|--------------------|-----------------|--------|---------------------|
| 31/05/2005        | 09/06/2005         | 4.161,03        | 1%     | 41,61               |
| 30/06/2005        | 09/07/2005         | 260,00          | 1%     | 2,60                |
| 31/08/2005        | 09/09/2005         | 150,00          | 1%     | 1,50                |
| 30/09/2005        | 09/10/2005         | 4.503,56        | 1%     | 45,04               |
| 31/10/2005        | 09/11/2005         | 100,00          | 1%     | 1,00                |
| 30/11/2005        | 09/12/2005         | 50.115,36       | 1%     | 501,15              |

|              |            |            |    |                 |
|--------------|------------|------------|----|-----------------|
| 31/12/2005   | 09/01/2006 | 200,00     | 1% | 2,00            |
| 28/02/2006   | 09/03/2006 | 200,00     | 1% | 2,00            |
| 31/03/2006   | 09/04/2006 | 150,00     | 1% | 1,50            |
| 31/08/2006   | 09/09/2006 | 5.340,00   | 1% | 53,40           |
| 31/10/2006   | 09/11/2006 | 79.680,00  | 1% | 796,80          |
| 30/11/2006   | 09/12/2006 | 315.557,67 | 1% | 3.155,58        |
| 31/12/2006   | 09/01/2007 | 15.151,20  | 1% | 151,51          |
| <b>TOTAL</b> |            | -          | -  | <b>4.755,69</b> |

De acordo com as razões de defesa, o autuado impugnou somente a infração 01, tendo em vista que apresentou alegações quanto à primeira infração e reconheceu a procedência das exigências fiscais consubstanciadas nos itens 02 e 03. Assim, considero procedentes os itens não contestados, haja vista que não existe controvérsia.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298576.0018/10-0**, lavrado contra **FRUTEX INDÚSTRIA COMÉRCIO DE FRUTAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$907,75**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de **R\$7.575,07**, prevista no art. 42, incisos IX e XI, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Esta Junta recorre, de ofício, desta decisão, para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de maio de 2011

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA